

Entrevista: Helder Macedo

Marisa Corrêa Silva* 

Vincenzo Russo** 

“África é, sem dúvida, fundamental para entender não só a génese, mas também a progressão futura do movimento militar que levou ao 25 de Abril.”

Helder Macedo é poeta, romancista, ensaísta, crítico, investigador, professor emérito do King’s College London (universidade de Londres, Reino Unido) e presidente de honra da Associação Internacional de Lusitanistas - AIL, Coimbra, Portugal.

Esta entrevista teve as perguntas formuladas em português brasileiro e as respostas dadas em português de Portugal. A *Veredas* optou por manter esse formato.

1) Em mais de um de seus romances existem referências à significação festiva e merecedora de comemoração do 25 de Abril. Como Chico Buarque escreveu, “foi bonita a festa”. Pode nos falar de suas memórias sobre a Revolução dos Cravos?

HM – Com muita pena, não estive no início da festa. Mas participei à distância. Também era a minha festa. Na manhã de 25 de Abril de 1974, a Suzette tinha-se levantado mais cedo do que eu (o seu horário de trabalho começava mais cedo do que o meu no King’s College) e chamou-me: “Revolução em Portugal!” A minha resposta foi: “A favor ou contra?” Não se podia saber. Havia planos da ultra-direita militar (alegadamente liderada pelo general Kaúlza de Arriaga) assumir o poder, demitindo de Primeiro-Ministro (ou, como então se chamava, Presidente do Conselho de Ministros), o comparativamente moderado Professor Marcello Caetano, e fortalecendo a posição mais extrema do obtuso Presidente da República, Almirante Américo Tomás, que era a de intensificar a guerra nas colónias e reforçar a repressão em Portugal. Este é um aspecto pouco focado da questão. Marcelo Caetano (excelente professor de Direito Constitucional no meu curso de Direito), teria querido resolver o conflito se o tivessem deixado. Talvez não conseguisse, estava longe de ser um democrata, mas era um homem inteligente. Ficou imobilizado entre dois fogos. Presumo que, tal como eu, de início não tenha sabido se o golpe militar era “a favor ou contra”. Mas, de um modo ou de outro, só podia perder. E por isso entregou pacificamente o poder ao General Spínola que era de algum modo um rival militar de Kaúlza de Arriaga nas guerras de África, embora mais aberto à mudança. E depois foi ainda outro general que havia sido proeminente nas guerras coloniais, Costa Gomes, que habilmente equilibrou a situação,

* Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Letras (PLE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil. *E-mail:* mcsilva5@uem.br

** Professor Doutor de Literatura Portuguesa e Brasileira e Literaturas Africanas de Língua Portuguesa na Università degli Studi di Milano (Unimi), Milão, Itália, onde coordena a Cátedra António Lobo Antunes (Instituto Camões). *E-mail:* vincenzo.russo1@unimi.it

navegando prudentemente entre o impulso revolucionário e a consolidação democrática. A qual foi depois decisivamente implementada por outro militar – um ex-“capitão de Abril” tornado General – Ramalho Eanes, que foi o primeiro Presidente da República do 25 de Abril democraticamente eleito. Bom, mas voltando à “festa”. Eu estava completando o meu doutorado (já tinha entregue a tese, com data marcada para a defesa no mês seguinte), tinha uma carga horária intensa lecionando no King’s College, não pude ir para a “festa”. O meu melhor amigo, o pintor João Vieira, estava em minha casa, foi logo. Chegou a Lisboa ao mesmo tempo que o líder do Partido Comunista, Álvaro Cunhal, ido de Praga. Eu só pude ir em Junho, durante a primeira crise do pós-25 de Abril. Mas para mim ainda era festa. Por isso pude escrever que “festa é festa, e essa já ninguém me tira”.

2) O evento histórico entrou no imaginário português, a ponto de tornar-se o que Lacan chamou de “significante-mestre”, ou seja, um conceito que aglutina uma narrativa complexa, necessária para que se compreenda todo um contexto sócio-histórico-cultural. Tal potência significativa frequentemente exclui alguns fatos, pontos de vista e narrativas que poderiam parecer disruptivas, mas que na verdade compõem o fato histórico em sua pluralidade. Gostaria de falar sobre algum(ns) dos silêncios do 25 de Abril?

HM – O golpe militar de 25 de Abril tornou-se numa coisa que começou por não ser. Ou seja, tornou-se (aliás temporariamente) numa revolução. O povo saiu à rua, transformou os seus ressentimentos acumulados num desejo de real mudança. Mas o povo (a grande maioria) não tinha uma ideologia própria, tinha o desejo de haver uma ideologia. E esta foi facultada pelo Partido Comunista Português, que havia sido a principal força política organizada dentro do país. Havia organizações políticas actuando de fora de Portugal (entre elas o Partido Socialista e vários outros grupos, entre os quais na Inglaterra, de que participei) mas não é de fora, excepto às vezes militarmente, que se mudam as coisas dentro de um país. A importância ideológica do PCP tem sido, retrospectivamente, minimizada (imputando-lhe excessos que terão cometido e outros que não cometeu). Mas é significativo que muitos intelectuais que de comunistas pouco tinham (por exemplo Maria Velho da Costa e Herberto Helder) tenham então aderido ao PCP (embora num rápido torna-viagem). Houve também uma insalubre confusão entre várias ideologias de esquerda, com pequenos grupos particularmente aguerridos e desestabilizadores provavelmente infiltrados por agentes da contrarrevolução. E houve também erros, por exemplo nas chamadas “campanhas de dinamização”, geralmente encabeçadas por militares “comunistas” de fresca data, sem preparação ideológica e sem conhecimento das realidades das populações rurais que procuravam “dinamizar”. Os sucessivos “governos provisórios” (nomeadamente os de Vasco Gonçalves) viram-se enleados em dinâmicas de “esquerdas” porventura bem-intencionadas, mas contraditórias entre si. Na minha experiência pessoal, quando, em 1975, critiquei as “campanhas de dinamização”, apontando muitos dos seus erros, longe de ter sido marginalizado, fui convidado a integrar o último governo de Vasco Gonçalves (o que não veio a acontecer, tendo, no entanto, sido nomeado Director-Geral dos Espectáculos, que me teria permitido ter uma acção culturalmente dinamizadora no país). No plano político e económico houve também muitos erros. Por exemplo nacionalizações apressadas, sem uma base financeira que as assegurasse, levando ao colapso de empresas importantes para a economia nacional e, conseqüentemente, ao desemprego. E mesmo a bem-intencionada reforma agrária, sem estruturas de comercialização dos produtos agrícolas, não pôde vingar. É aliás algo irónico que o

slogan “a terra é de quem a trabalha”, entendido, ao tempo, como marxista, é essencialmente derivado de Proudhon (o grande rival de Marx) que fazia a distinção não entre “capital” e “trabalho” (sendo o “trabalho” associado por Marx ao proletariado, que em Portugal era relativamente pequeno), mas entre “propriedade” e “posse”. “A propriedade é o roubo”, dizia Proudhon referindo-se, entre outros, aos donos ausentes de terras, e a “posse é um direito”, entendendo os “possessores” como aqueles que trabalham essas terras de que não são os proprietários, e para o benefício desses “ladrões” proprietários. Pois é, e essa era a exacta situação no Alentejo. Mas depois, os verdadeiros possessores das terras alentejanas – os bravos trabalhadores rurais que as confiscaram – não tiveram meios ou conhecimentos técnicos para comercializar os seus produtos, a reforma agrária colapsou, e muitas dessas terras voltaram aos seus antigos proprietários ausentes.

3) Escreve o historiador italiano Enzo Traverso: “A revoluções querem instaurar uma nova ordem e criar o próprio sistema de valores, mas começam sempre por destruir os símbolos do poder que abateram”. O que a Revolução dos Cravos abateu definitivamente e quais são as persistências no imaginário cultural português que a Revolução não soube destruir?

HM – Destruir símbolos não é o mesmo que mudar estruturas de pensamento. A Revolução dos Cravos abateu definitivamente a possibilidade de haver um regime autocrático em Portugal, seja ele de esquerda ou de direita. Ou assim espero que tenha acontecido. Mas a democracia também cria os seus problemas – há ineficiência, há corrupção, há compromissos insalubres – e as reacções são, muitas vezes, nostálgicas por um suposto tempo melhor num passado que as pessoas de hoje não conheceram e que idealizam. Há quem diga que há um persistente salazarismo no espírito dos actuais portugueses. Não sei se concordo inteiramente. Mas é uma latência, uma perigosa latência. Os movimentos de extrema-direita que, em maior ou menor grau, existem em toda a Europa (e não menos no Brasil, com Bolsonaro e nos Estados Unidos, com Trump) têm equivalentes em Portugal. Mas a sua existência surge não do passado salazarista (que foi efectivamente destruído pelo 25 de Abril) mas da nova ordem democrática instaurada pelo 25 de Abril. São problemas novos, são os problemas da democracia, embora por vezes com roupas velhas.

4) A importância de rememorar e de pensar o 25 de Abril na atualidade parece-nos bastante premente, uma vez que lidamos com uma realidade de polarizações radicais e de questionamentos às liberdades civis duramente conquistadas. O que poderíamos acrescentar à contemporaneidade da Revolução dos Cravos?

HM – Cinquenta anos depois – passado meio século! – o 25 de Abril já não existe. O que existe é aquilo que o 25 de Abril tornou possível: uma democracia, um país normal. E isso deve-se não só aos “capitães de Abril” – cada um à sua maneira – e ao Partido Socialista de Mário Soares, mas também, em larga medida (e ao contrário do que geralmente se diz ou se quer pensar, reescrevendo a História) ao Partido Comunista Português. Paradoxalmente, o PCP funcionou, de algum modo, como o “bombeiro da revolução”, tentando coordenar o caos revolucionário do povo simultaneamente entusiástico e desorientado. Cumprida essa função, tornou-se agora num pequeno agrupamento político – um grupo de pressão – funcionando dentro do sistema democrático. Por vezes com uma linguagem algo passadista, mas integrado no presente. Ao contrário do que tem sido dito, não creio que o PCP alguma

vez quisesse (ou julgasse poder querer) tomar o poder em Portugal. Aliás, os interesses de Moscovo (dos quais o PCP estaria consciente) estavam mais direccionados para África (especialmente Angola) do que para Portugal. Um facto pouco conhecido é que o responsável em Moscovo pelo pelouro português era, ou recentemente tinha sido, Mikhail Gorbachev (que de irrealista nada tinha, como a História veio a provar). Mais irrealista foi sem dúvida o Secretário de Estado americano Dr. Kissinger que, no Verão de 1975, tinha planeado uma invasão de Portugal pela NATO (para impedir uma “nova Cuba” na Europa). Eu estava lá, acompanhando de hora a hora, com alguns dos “capitães de Abril” meus amigos, a evolução dos acontecimentos iminentes. Essa invasão só foi impedida pelos esforços conjuntos do líder do Partido Socialista Português, Mário Soares (com o conhecimento do líder do PCP, Álvaro Cunhal) e pela CIA, bem aconselhada pelo seu futuro director-adjunto (e ao tempo embaixador em Lisboa) Frank Carlucci. É significativo que, nas Memórias de Kissinger, a situação de Portugal, que tanto e tão erradamente o inquietou, não seja sequer mencionada.

5) Tendo conhecido a realidade colonial em África por ter vivido em Moçambique quando jovem, acha que o Portugal de hoje em dia está pronto a aceitar o discurso cada vez mais presente em alguns setores da sociedade portuguesa, nomeadamente a dos jovens afrodescendentes, de que «o 25 de Abril nasceu em África»?

HM – África é sem dúvida fundamental para entender não só a génese mas também a progressão futura do movimento militar que levou ao 25 de Abril. O golpe de estado (sim, começou por ser um golpe de estado que evoluiu temporariamente num sentido revolucionário) foi dirigido por oficiais ao nível de capitão (ou, no máximo, major) que estavam mais directamente envolvidos no conflito do que os oficiais superiores (ou seja, coronéis e generais). Como militares operacionais tornaram-se crescentemente conscientes de que eram guerras que não tinham perdido, mas que não podiam ganhar. É, portanto, perfeitamente legítimo dizer, – África é sem dúvida fundamental para entender não só a génese mas também a progressão futura do movimento militar que levou ao 25 de Abril como actualmente se está dizendo, que a revolução de 25 de Abril – a pacífica Revolução dos Cravos – foi feita nas guerras em África. É tanto uma evidência que eu já o tinha dito, no meu romance *Pedro e Paula*, há mais de 25 anos, quando algo brutalmente ironizo a situação numa falsa pergunta: “Um pingo de napalm por cada cravo vermelho?” Há também dois outros aspectos da questão. Um deles, é as alianças necessárias à guerra; o outro é as traições derivadas do fim da guerra. Durante a guerra, os militares dependiam em larga medida da polícia política, a mesma PIDE que tinha uma acção repressiva em Portugal. Por isso, depois do 25 de Abril, foram poupados (ou até discretamente protegidos) em Portugal. Que eu me lembre, não houve um único julgamento desses (muitas vezes) criminosos e assassinos em Portugal. Só talvez o que assassinou o General Humberto Delgado, mas nem desse estou certo. Que revolução é essa, que não julga os criminosos políticos do regime opressivo de que libertou o país? Teria sido importante, nem que fosse só como saneamento mental. Mais grave ainda foi a traição aos soldados africanos que lutaram do lado dos portugueses. Não lhes foi dada guarida em Portugal, ao contrário do que foi feito com os chamados “retornados”, quase exclusivamente brancos que, bem ou mal, foram recebidos em Portugal e integrados na sociedade portuguesa. Os soldados africanos que se consideravam portugueses ficaram à mercê dos nacionalistas africanos e, muitos deles, foram torturados ou sumariamente executados. Isso é uma parte terrível da dimensão africana do 25 de Abril. Uma parte oculta da Revolução dos Cravos.

6) Enquanto leitor e intelectual, o que o Helder pensa das representações e/ou ecos da Revolução dos Cravos na literatura portuguesa contemporânea? E, num contexto mais amplo, na própria cultura portuguesa?

HM – Bom, passaram-se 50 anos. Actualmente há em Portugal, como cidadãos portugueses, mais africanos do que nunca houve durante mais de cinco séculos de colonialismo. É o aspecto positivo de ter havido e de ter deixado de haver um império colonial. Portugal (tal como outras nações pós-imperiais, incluindo a França, a Bélgica e a Inglaterra) é actualmente um país europeu plurirracial. Como bem demonstrou Margarida Calafate Ribeiro, o próprio conceito de Europa mudou. Portugal é agora um país plurirracial porque é um país europeu. Não a despeito disso. É um país democraticamente integrado numa Europa plurirracial. Há alguns problemas de racismo, mas são bem menores do noutros países europeus. Mesmo os profascistas do nefário partido político chamado Chega atacam não tanto os africanos ou indianos portugueses quanto os mais desprotegidos ciganos. Ou seja, com todas as suas ambivalências e retrocessos, o 25 de Abril acabou por ser uma revolução que triunfou. Criou uma democracia plural e multirracial. Já não é mau.

7) Gostaria de acrescentar algo sobre o 25 de Abril, suas reverberações e narrativas em outras culturas e literaturas lusófonas, ou mesmo não lusófonas?

HM – Sim. Haveria muito a acrescentar. Fui falando ao sabor das vossas perguntas e aliás nem sempre lhes respondendo directamente. É o mal da espontaneidade... Mas quero acrescentar o seguinte. A herança do 25 de Abril manifesta-se também na melhor literatura que está sendo escrita em Portugal. Aliás, e não por acaso, predominantemente por mulheres. Há uma notável e muito significativa convergência entre duas lutas de libertação: o feminismo e o pós-colonialismo. Houve a fase, algo ambivalente, de escritores masculinos europeus sobre a guerra colonial (Manuel Alegre, Lobo Antunes, João de Melo...) da qual Lídia Jorge foi a única voz feminina. Agora as vozes femininas de africanas ou de afrodescendentes são não só as mais significativas politicamente, mas também as literariamente mais inovadoras. Sim, há progresso. Sou a favor. Aliás, o governo português mais próximo do espírito da revolução mais radical que poderia ter emergido pacificamente do 25 de Abril foi de uma mulher, Maria de Lourdes Pintasilgo, com quem tive o privilégio de trabalhar como Secretário de Estado da Cultura. Talvez que, 50 anos depois, a História do que o 25 de Abril poderia ter sido, e apesar de tudo foi, esteja a ser reescrita – e recuperada – no feminino.